

AS SUPERNOVAS: DUAS FUTURAS CIDADES BRASILEIRAS

THE SUPERNOVAS: TWO FUTURE CITIES

Vicente Barcellos

Arquiteto e urbanista, mestre em Planejamento Urbano, doutor em Estruturas Urbanas e Ambientais e professor da Universidade de Brasília.
barcellos.vicente@gmail.com

RESUMO

O objetivo do presente ensaio é entender os peculiares processos de surgimento de cidades resultante do avanço da fronteira econômica na *hinterland* do Brasil, nos domínios da paisagem do cerrado. São examinados dois povoados, dois embriões de futuras cidades, situados no oeste da Bahia.

Palavras-chave: Novas paisagens urbanas, novas cidades do oeste da Bahia.

ABSTRACT

The objective of this article is to understand the peculiar processes of the emerge of new cities. Cities the resulte from the expansion of the frontier economic hinterland of Brazil in areas related to cerrado landscape. This study examines two villages, two embryos of future cities, located in the western Bahia.

Keywords: *New urban landscapes, new cities of western Bahia.*

INTRODUÇÃO

As considerações aqui apresentadas são parte de um estudo de amplitude paisagística que toma como objeto as paisagens urbanas encontradas nos domínios do cerrado.¹

O que pretendemos é examinar dois embriões de futuras cidades que denominamos como *supernovas* – como meio de distingui-los do que chamamos, em estudos anteriores², de as novas paisagens urbanas brasileiras, cidades que surgiram nas últimas décadas do século 20 e consolidaram-se nos primeiros anos do século 21.

Mas as supernovas, na verdade, não são ainda cidades nem chegaram a alcançar a condição legal de distritos municipais. São, portanto, povoados, como muitos outros encontrados país afora. O que os distingue é o fato de surgirem como subprodutos dos novos e intensos fluxos econômicos e sociais resultantes do avanço da produção de grãos nos domínios do cerrado.

Os dois povoados enfocados situam-se no oeste da Bahia, em uma região que parecia até pouco tempo esquecida pelos fluxos econômicos e sociais, mas, nas últimas décadas do século 20, inseriu-se nos processos de uma moderna e tecnificada produção agrícola. Foram esses processos que deram uma nova dinâmica à urbanização da região.

Mas a paisagem desses povoados muito pouco difere de outros povoados encontrados pelo país. Na verdade, as condições de organização deles são precárias,

tanto em termos do sistema de espaços livres públicos quanto em termos de infra-estrutura urbana, situação que contrasta com a pujança econômica do contexto no qual se inserem.

O surgimento de cidades, desde a década de 1970, vem acontecendo com significativa intensidade nas áreas da chamada fronteira econômica, arco de terras que envolvem a Amazônia e que se estende do Acre até o Maranhão. Essa expansão da rede urbana, salvo exceções, tem passado quase despercebida dos profissionais que pensam e atuam nas cidades brasileiras.³

Com o presente estudo, pretendemos contribuir para o entendimento do modo como têm surgido as cidades nos domínios do cerrado, tomando, para efeito de estudo de caso, a região dos chapadões do oeste baiano, na qual rápidas transformações na economia agrícola vem ocasionado notáveis mudanças na rede de cidades.⁴

Dada a sucessiva expansão econômica do campo brasileiro nos últimos 20 anos e o aumento de demanda por produtos agrícolas, podemos supor que muitas outras cidades venham a surgir nos próximos anos. A reversão da produção agrícola é improvável, mesmo porque – além do aumento das demandas internas do país, decorrência das mudanças sociais em andamento, as demandas internacionais por alimentos continuam a crescer em razão dos rápidos processos de urbanização, principalmente na China e na Índia, países cujas populações ultrapassam a cifra do bilhão de habitantes e, ainda que sejam grandes produtores agrícolas, não produzem o suficiente para atender às crescentes demandas provocadas pela urbanização.

O objetivo do presente ensaio é buscar entender os processos de surgimento desses povoados que, acreditamos, em curto período de tempo, serão futuras cidades.

O MODERNO E O ARCAICO

Na conferência de abertura do IX Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Paisagismo (ENEPEA, 2008), o sociólogo Demétrio Magnoli levantou uma série de considerações sobre o modo como o Brasil tem sido pensado, que, acreditamos, podem ser úteis aqui.⁵

Um dos maiores obstáculos para se pensar o Brasil seria, segundo citado autor, o mito do atraso, o qual, frequentemente, leva-nos a enxergar sinais de arcaísmo onde, na verdade, o que há é modernidade. Em sua argumentação ele nos propõe: *“a modernidade produz não só a modernidade, mas também produz o arcaísmo”* e que vejamos *“os lugares mais pobres, os lugares com menor densidade tecnológica, os lugares com aparências de formas de produção mais atrasadas, como produtos modernos”*.

Crítico da ideia dos dois Brasis, adotada por inúmeros pensadores⁶ durante a segunda metade do século 20, reconhece a contribuição de Milton Santos para o estabelecimento de um novo paradigma de regionalização e o avanço no debate sobre a questão das desigualdades regionais. Entretanto, critica, nessas formulações, a permanência *“com a mesma força de sempre, a idéia de um Brasil que é moderno porque aderiu à revolução técnico-científica (...) e de um Brasil que é arcaico (...)”*⁷

Magnoli nos propõe que o Nordeste, muitas vezes interpretado como *locus* do arcaico, constituiu-se desde o início, no período colonial, como um apêndice de um dos setores mais modernos da economia mundial e que a produção açucareira, antes de ser um empreendimento agrícola, era indústria de exportação em um mundo pré-industrial e, não obstante o fato de ter sido feito com base no trabalho escravo, ou seja, que o Nordeste é moderno desde o início e Recife e Salvador, os grandes centros coloniais, são nexos do comércio mais sofisticado daquela época de origens do capitalismo.

Essa visão se contrapõe às interpretações depreciativas do que se faz ao período colonial brasileiro, como a de Sergio Buarque de Holanda (1989, p. 19), que lamentava a lavoura no Brasil ter permanecido tão longamente sem progressos técnicos que elevassem o nível de produção e, muitas vezes, ela representou um retrocesso milenar, se comparada à Europa.

Do mesmo modo, segundo Magnoli, há poucas coisas mais modernas do que o centro-oeste brasileiro, mesmo porque a recente incorporação do cerrado na produção agrícola é resultante de transformações econômicas e sociais – ao contrário da marcha dos americanos para o oeste, que se deslocavam sempre na mesma latitude, quase sem alterações tecnológicas; mesmo porque o ambiente, as condições climáticas, os solos e os produtos plantados eram quase os mesmos, permitindo que o *farmer* mantivesse uma agricultura baseada na força de trabalho familiar, pouco dependente de capital.⁸

Ao contrário disso, a expansão da fronteira agrícola brasileira se fez avançando no sentido das longitudes e das latitudes. Isso significa que gaúchos, paranaenses, paulistas, mineiros, avançaram por meridianos, mudando de paralelo até as bordas da Amazônia. E, ao fazerem isso, eles mudam de ambientes; encontrando condições climáticas particulares, longas secas e temperaturas médias diferentes e cujos solos são extremamente ácidos, fatos esses a impedir que se continuasse a plantar com as tecnologias as quais detinham em suas regiões de origem.

A atual produção agrícola do cerrado se deve, em grande parte, à pesquisa pública feita pela Embrapa, que criou variedades de grãos adaptados às novas condições, assim como o desenvolvimento de uma indústria que passa a fornecer novos meios e materiais.

Se, inicialmente, a chegada ao cerrado de colonizadores de pequenas posses que plantavam usando um mínimo de técnicas modernas conseguiam algum sucesso, logo esses bons resultados atraíram concorrentes e investidores com maior disponibilidade de capital para aquisição de amplas extensões de terra e maior disponibilidade de tecnologias. Essas mudanças se aceleram na década de 1990 quando aumentam as demandas internacionais de produtos agrícolas, passando a estimular a intensificação do uso de tecnologias de ponta e o aumento das dimensões das propriedades. Nesse processo, o colono que dispunha de maior preparo técnico e maior quantidade de crédito e de capital acumulado teve maiores possibilidades de passar para uma escala de produção economicamente mais viável, enquanto outros acabaram desistindo e desfazendo-se de suas propriedades, em muitos casos para investidores que não participaram das etapas iniciais da colonização.

Nesse processo, no qual alguns conseguem inserir-se naquilo que Milton Santos descrevia como circuito superior da economia, e os modernos meios técnico-científicos e suas redes de informação são elementos predominantes na organização da paisagem, outros permaneceram no circuito inferior, lugar em que os meios técnicos tradicionais prevalecem. Ainda que assim seja, como Santos demonstrou; os dois circuitos são pólos opostos e complementares de um único sistema econômico e social.

AS ANTIGAS E AS NOVAS PAISAGENS URBANAS DO OESTE BAIANO

O oeste baiano tem como principal peculiaridade os altos e planos chapadões que integram os domínios do cerrado, a formarem um significativo número de cursos d'água que correm em direção ao rio São Francisco. A linha de ruptura desses chapadões marca a divisa da Bahia com Tocantins e Goiás. Enquanto o lado baiano é bastante plano e as altitudes podem chegar a mil metros, o outro lado costuma ser movimentado e as altitudes se situam por volta de 600 metros (Figura 1).



Figura 1: A divisa da Bahia com Tocantins e Goiás tem como marca a linha de ruptura da borda das chapadas
Fonte: Google Earth, imagens de 17 jan. 2011

Esse contraste de situações fez com que, nos planos chapadões da Bahia, fosse desenvolvida uma agricultura de alta produtividade e rendimento que tem como base a mecanização no trato do solo para adequada produção em grande escala de soja, algodão, milho e outros grãos. O mesmo não ocorre no outro lado da divisa, em que o relevo é mais movimentado e torna economicamente inviável o trato mecanizado do solo, mantendo aí uma pecuária extensiva e uma agricultura de baixos rendimentos.

A situação só começou a mudar a partir da década de 1970, durante o regime militar, quando se constrói a BR-020 ligando Brasília às capitais do Nordeste e ao

processo de colonização da região. Até iniciar-se então, a ocupação humana e a produção econômica ocorriam distante dos altos chapadões, a volta de antigas cidades situadas nos vales ou galerias de rios, próximas aos cursos d'água. Tais cidades são até hoje sede de municípios de grandes dimensões territoriais que se estendem pelo alto das chapadas (Figura 2).

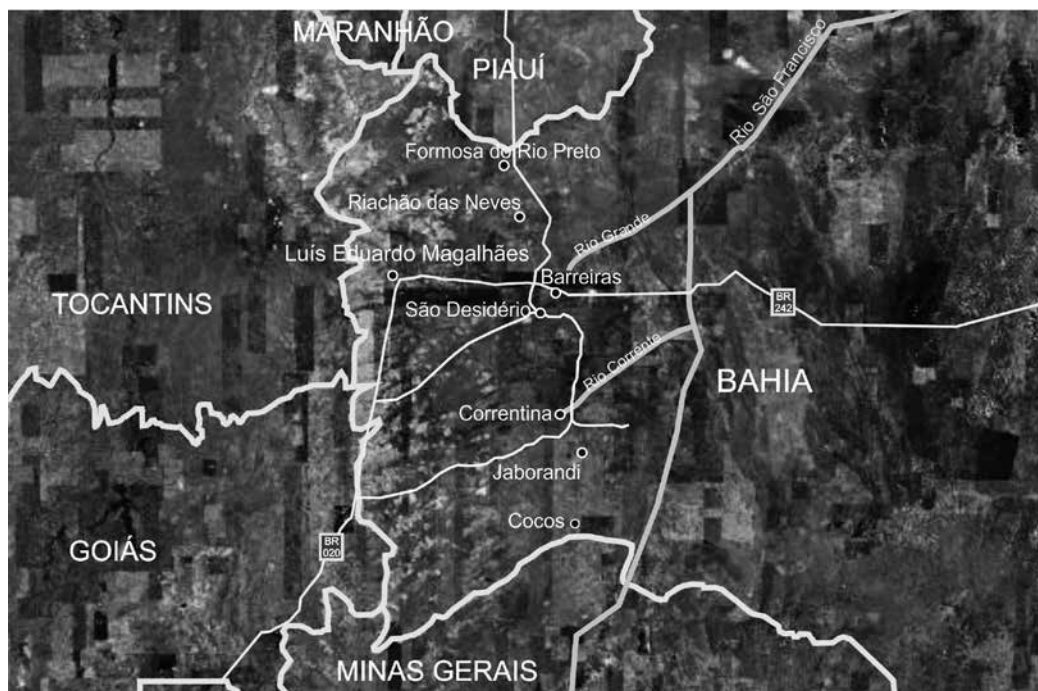


Figura 2: Oeste baiano, municípios envolvidos na moderna produção agrícola com respectivas cidade-sedes
Crédito: Giuliana de Brito Souza, intervenção sobre imagem do Google Earth, de 11 fev. 2011

Na medida em que essa produção de grãos, ao fazer uso intensivo de tecnologias, necessita do apoio das cidades onde se costuma concentrar a maior parte da mão de obra, dos insumos e dos serviços – a distância física das antigas sedes municipais é problemática. Um dos principais efeitos dessas condições de acessibilidade é a insignificante participação da maior parte das antigas cidades da região na nova dinâmica econômica ocorrida nas partes altas de seus territórios. É o que se observa no oeste da Bahia em muitos aspectos.

A única das antigas cidades que se beneficiou da dinâmica econômica que atinge a região foi a cidade de Barreiras, cuja população em 2010 se aproxima dos 140 mil habitantes e é considerada capital regional. Barreiras se situa a 452 metros de altitude, às margens do último trecho navegável do rio Grande, o maior afluente da margem esquerda do rio São Francisco, que fazia com que o porto da cidade se ligasse ao litoral e fosse o ponto em que as cargas destinadas ao sertão fossem colocadas sobre mulas para ultrapassar as barreiras, linhas de ruptura dos chapadões – que deram nome à cidade. Essa situação privilegiada do ponto de vista da logística foi reafirmada com a construção da rodovia BR-020 para ligar Brasília, Salvador e Teresina, o que,

nos últimos 30 anos, em função do desenvolvimento da produção agrícola no alto dos chapadões, acabou por fazer com que a cidade retomasse grande parte de suas antigas funções de elo de conexão.

Com reflexo desses processos econômicos e sociais, a paisagem urbana de Barreiras tem passado por significativas transformações (Figura 3). Sua área central tem se adensado em decorrência do aumento do comércio e dos serviços, assim como, nos bairros imediatos ao centro, pode-se constatar uma visível prosperidade que faz surgir aí as primeiras edificações em altura. Do mesmo modo, a periferia vem se expandindo para atender ao aumento das atividades econômicas e às demandas habitacionais, seja com conjuntos habitacionais de iniciativa pública para populações de baixa renda, seja por meio de condomínios fechados de iniciativa privada.



Figura 3: A cidade de Barreiras, tendo, à esquerda, as bordas da chapada, que, no passado, funcionavam como barreiras

Foto: Vicente Barcellos, 2009

Foi esse dinamismo econômico que fez um modesto povoado surgido ao redor de um posto de combustíveis na BR-020, no alto das chapadas do município de Barreiras, tornar-se distrito em 1987, com o nome de Mimoso do Oeste. Há apenas 12 anos, quando a população do distrito ultrapassava os 18 mil habitantes, Mimoso do Oeste conseguiu emancipar-se de Barreiras, município mãe, adotando o nome do finado senador Luís Eduardo Magalhães.

A população do município de Luis Eduardo Magalhães (LEM) soma 60.179 habitantes, segundo o Censo de 2010. Esse rápido crescimento da população ocorreu em decorrência de uma forte expansão econômica que produziu, já em 2006, uma renda *per capita* de R\$ 37.107,00 (IBGE, 2006), valor muito superior à maioria dos demais municípios brasileiros.

O surgimento e o crescimento da cidade de LEM explica-se por sua localização estratégica no alto dos chapadões, a 720 metros de altitude, oferecendo fácil acesso às áreas de produção agrícola. Em função dessa localização, a cidade tem concentrado um grande número de atividades; como o armazenamento e processamento inicial dos grãos, agroindústrias, comércio de insumos agrícolas e toda uma gama de serviços

profissionais necessários a um modo de produção que só se faz economicamente viável com o uso intensivo de tecnologias e cuja oferta só se torna viável no contexto urbano.

Entretanto, o rápido desenvolvimento econômico do município de LEM não foi acompanhado de um crescimento ordenado da paisagem urbana. Assim, se, inicialmente, a rodovia fez surgir o povoado à volta do posto de gasolina e no momento seguinte atraiu grandes armazéns de grãos, agroindústrias e serviços de apoio às atividades agrícolas – logo, a permanência da própria rodovia e das atividades nas áreas centrais da cidade acabou causando inúmeros problemas; tráfego intenso, poluição e dificuldades da própria definição dos espaços livres públicos de uso dos pedestres (Figura 4).



Figura 4: Área central da cidade de LEM (Luis Eduardo Magalhães), na qual silos e indústrias se misturam ao comércio e a precoces edifícios residenciais em altura
Foto: Vicente Barcellos, 2009

A infra-estrutura de LEM é bastante precária e em parte pode ser atribuída a falhas dos projetos iniciais dos loteamentos, como, por exemplo, o caso da drenagem das águas pluviais, que chega a impedir a ocupação de extensas áreas próximas ao centro e a pavimentação de ruas e a construção de calçadas.¹⁹ Outros problemas, igualmente importantes e relacionados à organização da paisagem urbana poderiam ser mencionados para evidenciar o desequilíbrio entre organização da cidade e a estrutura da economia municipal, a ponto de poder-se supor que o primeiro elemento da equação afeta negativamente o segundo. Como explicar esses contrastes?

Estudos feitos por nós em Lucas do Rio Verde e em outras novas cidades de Mato Grosso, situadas nos domínios do cerrado, na chamada fronteira agrícola, beneficiadas pela moderna produção de grãos, portanto, em contextos semelhantes a LEM, vão no sentido contrário à existência de correlação entre o rápido desenvolvimento econômico baseado na produção de grãos e o acúmulo de problemas urbanos.¹⁰

Pelo contrário, as observações feitas nas cidades envolvidas na moderna produção agrícola de Mato Grosso, como, por exemplo, Lucas do Rio Verde e Campo Novo dos

Parecis emancipados em 1988, e Sorriso, emancipado em 1986 – sugerem que elas têm se beneficiado do desenvolvimento econômico e social.¹¹ Os reflexos desse desenvolvimento na organização da paisagem urbana, segundo estudos anteriores¹², são a elevada qualidade de tratamento dos espaços livres públicos existentes, bem como a adequada estruturação, com parques, praças e ciclovias que se distribuem por toda a cidade. Essas cidades se destacam também pelo tratamento de ruas e avenidas e pela qualidade de seus edifícios públicos, principalmente os de educação e saúde.

O início das atividades de um complexo industrial no ramo de alimentos faz prever a continuação de um acelerado crescimento urbano, situação que tem sido antecipada com a realização de projetos e obras de urbanização que preparam a expansão da cidade (Figura 5).



Figura 5: Vista aérea de Lucas do Rio Verde, MT, cidade que se destaca pela organização de seus espaços livres de uso público, como o parque que, em atendimento à legislação ambiental, divide a cidade
 Fonte: PMI de Lucas do Rio Verde

Por isso tudo Lucas do Rio Verde e as outras acima citadas do Mato Grosso em muito pouco se parecem com LEM, a não ser pela acentuada presença de populações originadas no sul do país. Poder-se-ia atribuir às dificuldades de organização da paisagem urbana de LEM diversos fatores, dentre eles os de ordem cultural e os de ordem política.

No primeiro caso, temos as explicações preconceituosas que atribuem os problemas e as dificuldades de organização da cidade às características culturais do baiano, em uma linha de raciocínio que, de modo insidioso e fácil, substitui o baiano pelo mato-grossense, pelo sulista, pelo brasileiro e pelos povos que lhes deram origem.

Mais plausível seria explicar os problemas de organização da paisagem urbana de LEM pelos fatores de ordem política. É pelo menos isso que nos sugere a comparação

do retardamento do processo de emancipação municipal de LEM com os rápidos processos de emancipação de algumas cidades mato-grossenses.

Enquanto as cidades mato-grossenses emanciparam-se no final da década de 1980, o município de LEM só conseguiu se emancipar no ano 2000, depois de longo e duro processo político que implicou no abandono do nome de Mimoso do Oeste e sua substituição pelo nome do filho do senador Antonio Carlos Magalhães, falecido no ano anterior. Mas essa é apenas uma hipótese que se levanta e cuja comprovação se encontra em aberto.

Mas a dinâmica das transformações econômicas e sociais pelas quais tem passado o oeste baiano e que fez surgir LEM ainda tem muito a revelar, seja porque há ainda muitas áreas adequadas à moderna produção agrícola, seja porque há extensas áreas de produção situadas a longas distâncias de qualquer cidade capaz de suprir as necessidades de apoio à produção.

Essa ausência de cidades ao longo da BR-020, que corta as áreas de produção agrícola do alto das chapadas, é evidente. Ainda que ela tenha sido parcialmente solucionada por LEM, que vale lembrar, era um povoado à volta de um posto de gasolina 25 anos atrás.

Tal é o caso da maior parte das terras situadas ao longo da BR-020, no alto dos chapadões dos municípios de Cocos, Jaborandi, Correntina, São Desidério, Riachão das Neves e Formosa do Rio Preto, cujas cidades-sedes se situam nas galerias dos rios, a distâncias que chegam a 200 quilômetros, ou seja, distâncias equivalentes à metade do percurso entre as cidades do Rio e São Paulo. Essas distâncias das áreas de produção agrícola não favorecem o funcionamento das antigas cidades-sedes como locais de apoio que venham a ser utilizados para concentrar mão de obra especializada, serviços e insumos tecnológicos que não podem estar dispersos pelo campo e só se tornam economicamente viáveis se reunidos em cidades.

O peso desse apoio pode ser observado na cidade de Posse, que, embora se situe em Goiás a apenas 20 quilômetros da divisa com a Bahia, beneficia-se da proximidade das áreas de produção agrícola situadas em municípios baianos. Embora o município de Posse não disponha de solos cujo relevo se preste à produção de grãos em escala economicamente viável, ele tem crescido e também se desenvolvido por suas funções de apoio à produção baiana.¹³

Ainda que Posse e outras cidades de Goiás e Tocantins proporcionem o apoio necessário ao desenvolvimento, há extensas áreas de moderna agricultura situadas ao longo da BR-020, que sugerem que cidades venham a surgir no alto dos chapadões.

Não deixa de chamar atenção que, à exceção de Barreiras, vista antes, as demais antigas cidades da região pareçam alheias à intensa produção que ocorre em seus territórios no alto dos chapadões, pouco integradas aos novos fluxos econômicos, embora a contabilidade de tais municípios aponte contínuos recordes de produção agrícola, principalmente de soja, algodão e milho.

Tal é o caso de Cocos (17.394 habs./2007), Jaborandi (8.931 habs./2007), Correntina (31.658 habs./2007), São Desidério (25.158 habs./2007), Riachão das Neves

(22.528 habs./2007) e Formosa do Rio Preto (20.845 habs./2007). Como os próprios dados de população sugerem, cada uma das cidades apresenta diferentes condições e níveis de integração a esses novos fluxos econômicos.

São Desidério, por exemplo, em grande medida funciona como periferia de Barreiras, que como já foi dito, por seu tamanho, localização estratégica, e sua tradição como capital regional magnetiza e esvazia seu entorno imediato.

Já Correntina, por se situar no entroncamento de estradas e estar distante de Barreiras, sempre se sobressaiu como entreposto de maior expressão e funcionou como apoio à população municipal e até de municípios próximos, embora esse raio de apoio não atinja as partes altas de seu território.

O que há de comum entre essas antigas cidades parece ser o alheamento de boa parte de suas populações com relação aos fluxos da moderna agricultura do alto dos chapadões e sua dependência de atividades produtivas típicas do circuito inferior da economia urbana, principalmente a agricultura de subsistência.

Ainda assim, as populações de tais cidades tem se beneficiado do aumento da arrecadação municipal gerada pela produção que ocorre nas partes altas de seu território. Ainda que, eventualmente, esses benefícios possam ser considerados poucos, eles aparecem na paisagem urbana na forma de uma ou outra rua pavimentada, na construção de praças e na pintura ou na reforma de uma escola ou posto de saúde. Mas esse é um movimento ainda muito incipiente, mesmo porque são grandes as dificuldades de organização municipal.

Além das dificuldades de integração econômica, há ainda de considerar-se as dificuldades de integração cultural entre as populações preexistentes e as novas populações que protagonizam os processos de produção da moderna agricultura, em sua maior parte constituídas de gaúchos e paranaenses. Essas dificuldades são descritas de maneira reveladora por Bernardes – como resultantes de um choque de “temporalidades históricas”, o qual é de difícil solução.

O apoio urbano às necessidades da produção agrícola, ao contrário do que se poderia pensar, não pode ser considerada resolvida com LEM. Há ainda, no alto dos chapadões do oeste da Bahia, um vazio de cidades a ser preenchido, pois os processos econômicos e sociais que fizeram surgir LEM não foram estancados.

Pelo menos é o que sugerem os núcleos de população que vem se desenvolvendo ao da BR-020, os quais denominamos de supernovas, por acreditarmos que, em um futuro não muito distante, venham a constituir-se em cidades-sedes de novos municípios. Referimo-nos, especificamente, ao povoado de vila Rosário, município de Correntina e ao povoado de Roda Velha, município de São Desidério.

AS SUPERNOVAS

Vila Rosário é um desses núcleos de povoamento que, acreditamos, inevitavelmente, irão constituir-se como novas cidades. Situado no município de Correntina (BA), às margens da BR-020, próximo à divisa da Bahia com Goiás, já no alto dos chapadões

baianos onde ocorre intensa produção de soja, algodão, milho e outros grãos, o povoado de Vila Rosário não possui ainda o *status* de distrito.

Sua origem é um posto de combustíveis cujo nome tem sido usado para denominar o povoado, cujo surgimento é difícil precisar (Figura 6). O surgimento de Vila Rosário guarda, portanto, correlações com os processos que fizeram surgir a cidade de LEM, a qual nos referimos anteriormente.



Figura 6: Vila Rosário, vista aérea de parte do povoado em 2007, tendo, no primeiro plano, o posto de combustíveis
Foto: Emerson Casagrande, 2007

Certamente, foi determinante para o surgimento do povoado a ausência de cidades de apoio às margens da BR-020 em longos trechos. Embora a antiga cidade de Posse (GO) esteja próxima do povoado, ela está distante da rodovia e, portanto, pouco serve aos que por ali transitam. Essa localização privilegiada na divisa de Goiás e Bahia, no primeiro trecho em que a rodovia atinge as terras planas, provavelmente, em muito contribuiu para que o posto de combustíveis logo se consolidasse como ponto de parada de caminhões e de todos os que passavam pelo local e logo fosse expandido e passasse a agregar, à sua volta, lanchonetes, oficinas, hotéis, lojas e salas comerciais, e parece estar em constante expansão (Figura 7).



Figura 7: Vila Rosário – posto de combustíveis que deu origem ao povoado, objeto de constantes acréscimos e reformas
Foto: Vicente Barcellos, 2011

Ainda na fase inicial de consolidação do posto de combustíveis foram abertos dois loteamentos que estruturam o povoado de Vila Rosário. O primeiro, um precário arruamento de casas para os trabalhadores no lado oposto do posto de combustíveis que se caracteriza pelo adensamento residencial e populacional. O segundo loteamento situado atrás do posto de combustíveis é bem maior, com quase mil lotes, esparsamente ocupados, e a maior parte dos lotes ocupados se situam nas proximidades da rodovia, onde se misturam residências, oficinas, lojas de produtos e serviços agrícolas e hotéis.

Ainda que esse loteamento tenha ficado esparsamente ocupado – há dois anos surgiu um maior loteamento (Eldorado do Rosário), no outro lado da rodovia, o qual, do mesmo modo, oferece a energia elétrica como única infra-estrutura urbana (Figura 8).



Figura 8: Os três loteamentos que compõem o atual povoado de Vila Rosário, município de Correntina, BA
Fonte: Imagem Google Earth, 05 maio 2009

Se o loteamento situado atrás do posto conseguiu atrair alguns moradores, o mesmo não se pode dizer desse último loteamento surgido. Chama a atenção aí a ausência de moradias e a predominância, pelo menos até agora, de construções que abrigam comércio de insumos e serviços agrícolas, alguns de certa sofisticação como uma concessionária de máquinas agrícolas e um laboratório de análise de fibras de algodão.

Esse pequeno peso relativo das moradias em Vila Rosário talvez possa ser explicado por sua proximidade da antiga cidade de Posse, situada a apenas 20 quilômetros, no outro lado da divisa em Goiás que, em função de sua melhor estrutura urbana, tem funcionado como núcleo urbano de apoio à produção agrícola, embora, em seu território, não se encontre nenhuma produção significativa. Ainda assim, o município de Posse tem prosperado e concentrado, em sua área urbana, muito do comércio de insumos agrícolas e dos serviços técnicos, além de servir como local de residência de muitos dos que estão

envolvidos na produção agrícola do outro lado da divisa.¹⁴ Essa incorporação de novas populações, além de impulsionar a expansão urbana, trouxe novos hábitos e costumes que vêm imprimindo uma nova dinâmica na vida social da cidade.

Vila Rosário, não obstante a proximidade de Posse, por sua localização às margens da BR-020 sinalizando a entrada do oeste baiano, tende a firmar-se como núcleo urbano de apoio à produção agrícola, percurso que, entretanto, apresenta entraves.

O principal entrave ao desenvolvimento do povoado de Vila Rosário, em grande parte se deve à sua não admissão na condição de distrito de Correntina. Essa tentativa de ignorar uma situação que nos parece irreversível tem induzido a uma quase total ausência do município, no sentido de organizar seu desenvolvimento e resolver as mais simples carências, como a drenagem pluvial e a pavimentação das principais ruas.

Nesse contexto em que a ausência do poder público contrasta com a dinâmica dos fluxos econômicos e sociais, no início de 2011, começou a ser aberto um novo loteamento às margens da BR-020. Essa falta de planejamento e controle, no desenvolvimento da paisagem urbana de Vila Rosário, talvez possa ser explicada pelo temor, por parte de alguns segmentos das elites tradicionais da cidade-sede do município de Correntina, de promover melhorias no povoado e, com isso, fornecer estímulos a uma futura separação de Vila Rosário para a criação de um município. Situação que tem como precedente a emancipação do município de LEM do município de Barreiras.

O povoado de Roda Velha passa por situação semelhante. Também situado às margens da BR-020, o povoado está a quase 200 quilômetros de distância da sede do município: São Desidério.

O nome Roda Velha de Cima decorre do nome do povoamento preexistente de nome Roda Velha, situado a 20 quilômetros da rodovia, na verdade, ocupações dispostas entre dois córregos que se juntam em um trecho mais baixo dos chapadões. A diferença de altitude fez com que o novo povoado que surgia às margens da rodovia passasse a ser conhecido por Roda Velha de Cima (Figura 9).

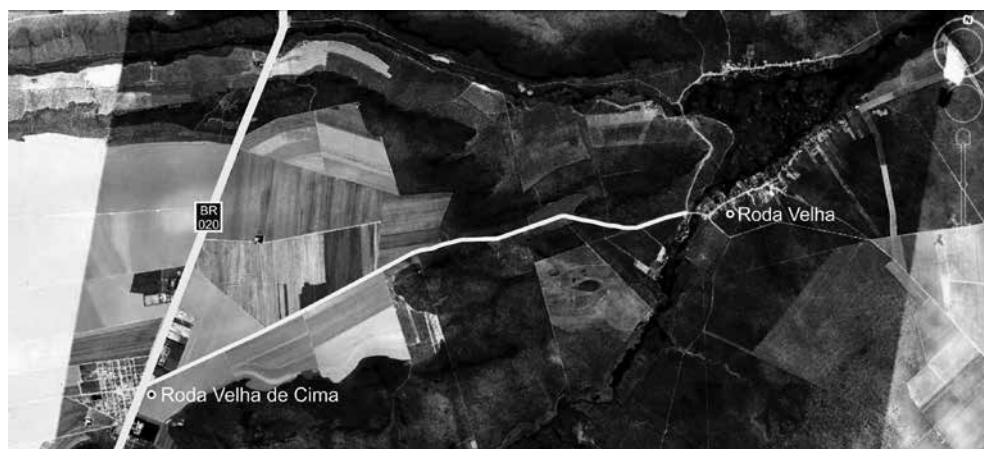


Figura 9: Roda Velha de Cima (à esquerda, junto da BR-020) e o antigo povoado de Roda Velha (à direita, junto dos córregos)

Crédito: Giuliana de Brito Souza, intervenção sobre imagem, Google Earth, de 05 maio 2009

Não obstante a proximidade, os dois povoados apresentam grandes diferenças de situação. O antigo povoado se vincula, de modo claro, a uma agricultura de subsistência que parece mantê-lo distante dos fluxos da moderna produção de grãos que animaram o surgimento de Rova Velha de Cima (Figura 10).



Figura 10: Roda Velha de Cima em 2004
 Fonte: Imagem Google Earth, 05 maio 2011

Na verdade, o antigo e o novo povoado não possuem o *status* de distritos e o vínculo entre eles é tênue, ainda que se considere a distância que os separa. Para muitos, o antigo povoado passa quase despercebido, não fosse a circulação de seus moradores em Roda Velha de Cima, seja em razão do uso do comércio, seja em razão de oportunidades de trabalho. O inverso não ocorre, mesmo porque a distância do antigo povoado da rodovia coloca-o fora dos fluxos econômicos que alimentam a moderna produção de grãos e sugerem sua inexorável perda de importância. Ainda assim, a paisagem do antigo povoado de Roda Velha tem passado por mudanças que refletem melhorias (Figura 11).



Figura 11: Casas no povoado de Roda Velha
 Foto: Vicente Barcellos, 2010

Nos últimos anos, a economia do município tem se destacado pelos constantes aumentos na produção de algodão e soja, as quais têm gerado aumentos significativos da arrecadação que acabam possibilitando à prefeitura de São Desidério pavimentar a rua principal do antigo povoado, construir uma praça e reformar a escola (Figura 12).



Figura 12: Roda Velha (antigo povoado): praça com quadra esportiva construída em 2010
Foto: Vicente Barcellos, 2010

Roda Velha de Cima tem como origem um loteamento que surge na década de 1980 e ainda está esparsamente ocupado, com um pouco mais de uma centena de moradias e um razoável número de edifícios de usos comerciais e de serviços, distribuídos em ruas sem qualquer infra-estrutura, à exceção da energia elétrica. Recentemente, para a abertura do posto do Banco do Brasil, a prefeitura do município colocou meio-fio e asfaltou trechos das ruas de seu entorno (Figura 13).

Ao contrário do antigo povoado, que se situa em área de maior declividade, Roda Velha de Cima está em sítio que dificulta o escoamento das águas pluviais e causa transtornos à população, comprometendo a economia da cidade. Como agravante, a ausência de drenagem de águas pluviais funciona como elemento o qual condiciona as possibilidades de tratamento dos espaços livres públicos e faz com que a simples pavimentação de ruas e a implantação de calçadas para pedestres se mostrem como soluções pouco duradouras (Figura 14).

Embora o loteamento inicial de Roda Velha de Cima ainda tenha muitos lotes por ocupar, em 2010, um novo loteamento foi aberto por uma empresa agrícola, proprietária de fazendas no local, enxergando possibilidades de ganhos com a urbanização da área e com aprovação da prefeitura, que também obtém ganhos com isso. Como



Figura 13: Roda Velha de Cima, rua recentemente asfaltada com a abertura de agência bancária
Foto: Vicente Barcellos, 2010



Figura 14: Roda Velha de Cima
Foto: Vicente Barcellos, 2011

atrativos, o novo loteamento oferece lotes em ruas já asfaltadas, com rede de distribuição de água, energia elétrica e drenagem de águas pluviais, estratégia que parece estar sendo bem sucedida, na medida em que as primeiras construções começam a ser levantadas no novo loteamento, enquanto as construções do loteamento inicial parecem ter estagnado (Figura 15).



Figura 15: Roda Velha de Cima, novo loteamento
Foto: Vicente Barcellos, 2009

Se, por um lado, o novo loteamento, ao desvencilhar-se dos gargalos de infraestrutura parece favorecer, em longo prazo, a possibilidade de consolidar Roda Velha de Cima como núcleo urbano, no curto prazo ele favorece a desorganização da paisagem urbana, na medida em que favorece o surgimento de vazios urbanos e produz dispersão. Problemas que, no futuro, poderão dificultar as intervenções do poder público, em especial aquelas relacionadas ao atendimento das demandas da população com relação à organização da paisagem urbana, ao tratamento e à manutenção dos espaços livres públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A futura transformação do povoado de Vila Rosário e do povoado de Roda Velha em cidade parece inevitável, ainda que seja difícil fazer previsões sobre os processos políticos necessários à emancipação municipal. Mas, em ambos os casos, os processos econômicos e sociais parecem determinantes. Nesse sentido, os dois povoados ocupam localizações estratégicas; Vila Rosária se situa em uma das portas de entrada da Bahia, e Roda Velha, embora situada em posição mais central no oeste baiano, ocupa uma localização igualmente estratégica, no cruzamento da BR-020 com a ferrovia que ligará o oeste-leste, ora em construção.

Não obstante essas condições excepcionais, os povoados de Vila Rosário e Roda Velha de Cima em muito pouco diferem da maior parte dos povoados encontrados em outras partes do país. A precariedade das condições é a mesma. O que pode diferenciar esses dois povoados é o contexto em que estão envolvidos, pois é a dinâmica dos

fluxos econômicos e sociais estimulados pela produção de grãos regional que aponta potencialidades e sugere que eles venham a tornar-se futuras cidades.

Considerando a inevitável consolidação da liderança internacional do país na produção agrícola, em cenário de crescente demanda interna e externa por alimentos, pode-se considerar como inexorável o aumento dos fluxos econômicos e sociais que atingem o oeste baiano, fluxos esses que, acreditamos, induzem o surgimento de cidades, bem como o crescimento e a consolidação das antigas cidades.

O surgimento e a permanência dos povoados de Vila Rosário e Roda Velha parece confirmar a pertinência do pressuposto adotado no presente trabalho –de a moderna produção de grãos que ocorre no oeste baiano depender do apoio das cidades, de onde se poderia deduzir que para elas desempenharem melhor as funções de apoio e seus consequentes benefícios elas precisam estar mais organizadas.

Mas o que se nota é um grande desequilíbrio de situações nas quais se destaca uma produção agrícola organizada com uso intensivo de tecnologias, apoiada por cidades e povoados pouco organizados, sem infra-estrutura urbana. Evidentemente que, sem um mínimo dessa última não há condições de ter-se espaços livres públicos tratados e tampouco se analisar sua situação.

A precariedade da situação observada nos dois povoados decorre, em parte, das dificuldades de interação entre as populações que chegam e as populações preexistentes, principalmente as das cidades-sedes que parecem temer as transformações em curso. Essa situação faz com que os poderes públicos dos municípios pareçam ignorar o surgimento e as precárias condições em que esses povoados crescem, embora a própria existência desses prenuncie um desenvolvimento cujos benefícios se estendem pela região.

Na medida em que as transformações em curso na região, como tudo que diz respeito ao futuro, é uma incógnita, prevalece nas sedes dos antigos municípios o temor que, ao se apoiar o crescimento de Vila Rosário e Roda Velha de Cima, a transformação desses povoados em futuras cidades estará sendo estimulada, tal como se passou com o povoado que se transformaria na atual cidade de LEM, depois de sua separação de Barreiras.

Bibliografia

AUBERTIN, Catherine. *Fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Orstom, 1988.

BARCELLOS, Vicente. Lugares ou não-lugares? Os descaminhos de um debate. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FAUUSP, 2006.

BARCELLOS, Vicente; RODRIGUES, Maria da Assunção. Novos percursos e novas paisagens urbanas: oeste da Bahia. In: 10º ENEPEA, 2010, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: FAU-PUCRS, 2010.

____. Novas paisagens urbanas brasileiras: Lucas do Rio Verde, MT. In: V COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FAUUSP, 2010.

____. Novas paisagens urbanas brasileiras: Luís Eduardo Magalhães, BA. In: V COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FAUUSP, 2010.

- BERNARDES, Júlia Adão. A. Modernização Agrícola e Trabalho no Cerrado Brasileiro. *Scripta Nova: revista eletrônica de geografia y ciencias sociales*, Barcelona: Universidade de Barcelona, v. XI, n. 245, 2007.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Agronegócio no Brasil: perspectivas e Limitações*. Niterói: Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, 2006.
- IBGE. *Regiões de influência das cidades*: 2007. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.
- _____. *Cidades*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: jun. 2009.
- JACKSON, John Brinckerhoff. A vision of new field. *Discovering The Vernacular Landscape*. New Haven: Yale University Press. 1984.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1989.
- NERI, Marcelo Cortes. *A pequena grande década: crise, cenários e a nova classe média*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa Social, 2010.
- MACHADO, Lia Osório. A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 54, p. 27-55, 1992.
- MACEDO, Sílvio Soares. *Paisagem, urbanização e litoral: do Éden à cidade*. s/d. Tese (Livre- Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MAGNOLI, Miranda. Em busca de “outros” espaços livres de edificação. *Paisagem e Ambiente – ensaios*, São Paulo: FAUUSP, 2006, p. 141-173. Especial Miranda Magnoli.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. *Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n. 8, p. 25-69, 1996.
- MAGNOLI, Demétrio. A invenção do Brasil Arcaico. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2008, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR. Curitiba, 2008.
- BAHIA (Estado). Território e identidade: oeste baiano. *Estatísticas dos municípios baianos*: Salvador: Superintendência de Esatados Econômicos e Sociais da Bahia, 2009.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

Notas

- (1) A referida “amplitude paisagística” toma referência teórica nos inspiradores estudos de Sílvio Soares Macedo (*Paisagem, urbanização e litoral: do Éden à cidade*, 1993), de Miranda Magnoli (*Em busca de “outros” espaços livres de edificação*, 2006) e de John Brinckerhoff Jackson, pioneiro dos estudos da paisagem americana (*A vision of new field*, 1984).
- (2) Referimo-nos aos trabalhos apresentados por Barcellos e Rodrigues, do Núcleo Quapá-Sel Distrito Federal, sobre as cidades de Luís Eduardo Magalhães Rodrigues (BA) e Lucas do Rio Verde (MT), apresentados no “V Colóquio Quapá-Sel 2010” e no “10º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo”, 2010.
- (3) Como exceções poderiam ser citadas as contribuições de geógrafos como Catherine Albertin, Inês Barbosa, Bertha Becker, que se dedicaram ao estudo das transformações territoriais pelas quais passou o país a partir da década de 1970.
- (4) Por oeste da Bahia ou oeste baiano, entenda-se aqui, apenas, o conjunto de municípios baianos que fazem divisa com os estados de Tocantins e Goiás.
- (5) Ver conferência de Demétrio Magnoli, (2008) em abertura do “IX Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo”, 2008.
- (6) Magnoli se refere aos debates desencadeados pelo livro de Jackes Lambert, *Os dois Brasis* (1943), bem como as posteriores contribuições de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado, que serviram para torná-las política de Estado que visavam reduzir as desigualdades regionais, com a criação da Sudene.
- (7) Opus cit.
- (8) Opus cit.
- (9) Ver BARCELLOS; RODRIGUES (2010), *Novos percursos e novas paisagens urbanas: oeste da Bahia*.
- (10) Ver BARCELLOS; RODRIGUES (2010), *Novas paisagens urbanas brasileiras*: Lucas do Rio Verde, MT.

- (11) Campo Novo do Parecis (27.574, habs., Censo 2010): renda *per capita*, de R\$ 45.257,00 (IBGE, 2007) e IDH/PNUD: elevado (0,809/ 2000). Lucas do Rio Verde (45.545 habs., Censo 2010): renda *per capita*, de R\$ 34.023,00 (IBGE, 2007) e IDH/PNUD: elevado (0,818 /2000). Sorriso (66.506 habs., Censo 2010): renda *per capita*, de R\$ 25.935,00 (IBGE, 2007) e IDH/PNUD: elevado (0,824).
- (12) (12) *Novas paisagens urbanas brasileiras*: Lucas do Rio Verde, MT. Anais do "V Colóquio QUAPÁ-SEL", FAUUSP, São Paulo, 2010.
- (13) (13) As funções de Posse, GO, como cidade de apoio à produção agrícola realizada na Bahia fica evidente ao comparar seu valor do setor serviços, R\$ 120.860,00, com o valor do setor serviços de Correntina, BA, de R\$ 146.574,00 (IBGE, 2009). Como se pode verificar, os valores são relativamente próximos. Entretanto, há de considerar-se que o PIB de Correntina é de R\$361.746,00, quase o dobro do PIB de Posse, que fica em R\$,163.682,00 (IBGE, 2007). Essas discrepâncias nos números evidenciam a participação de Posse como cidade de apoio em termos de serviços e o relativo alheamento de Correntina enquanto cidade de apoio à produção que ocorre em seu território.
- (14) (14) Posse, com uma população de 31.417 habitantes e seu PIB *per capita* de R\$ 6.027,04 (dados IBGE, 2010), não é a única cidade da região que desempenha funções de apoios à produção baiana. São Domingos, também em Goiás, e Dianópolis, em Tocantins, desempenham funções semelhantes, embora em seus territórios não ocorra uma produção agrícola comparável à que ocorre na Bahia.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO – REVISTA PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS

1 O Conselho Editorial da revista *Paisagem e Ambiente: Ensaios* decidirá quais artigos, ensaios, conferências, debates, resenhas, relatos de experiências e notas técnicas terão a possibilidade de publicação, considerando-se para tanto a consistência teórica e a pertinência do tema diante da linha editorial.

2. Apresentação dos trabalhos:

Em mídia eletrônica (CD, DVD), utilizando o processador de texto WORD 6.0 ou superior. Deverá conter entre 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo o resumo, o abstract e a introdução. Deverão ser entregues, com o CD/DVD, três cópias impressas do arquivo.

O resumo e o abstract não deverão ultrapassar 2.800 caracteres.

3. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara sua natureza. Também deverão ser concisos e explícitos quanto ao conteúdo tratado. Deverão ser apresentadas, no mínimo, 5 palavras-chave (unitermos).

As contribuições deverão ser acompanhadas da versão em língua inglesa do título, subtítulo, resumo e palavras-chave.

4. Logo após o título, devem constar o nome do autor, sua qualificação, procedência e endereço postal e/ou eletrônico.

5. As notas e referências bibliográficas deverão ser agrupadas no final do texto e devidamente referenciadas, de acordo com as normas NBR 6023 e NBR 10520, da ABNT.

As notas e referências deverão seguir os seguintes padrões:

5.1. Artigos e capítulos de livros

Colocar a referência bibliográfica nesta ordem: autor, título do artigo/capítulo, nome do autor do livro, título do livro (em itálico), subtítulo (sem itálico), edição, local de publicação (cidade), editora, volume, data de publicação, série ou coleção.

Exemplos

- autor do capítulo e do livro

MACEDO, Silvio Soares. Ecletismo. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: Edição do autor, 1999 (Coleção Quapá).

- autor somente do artigo ou capítulo

MACEDO, Silvio Soares. Robero Burle Marx and the founding of Modern Brazilian Landscape Architecture. In: VACCARINO, R. (E.) *Roberto Burle Marx. Landscapes reflected*. Nova York: Princenton Architectural Press, 2000.

5.2. Artigos publicados em periódicos

Indicar o autor do artigo, título do artigo, subtítulo do artigo, título da revista (em itálico), local de publicação (cidade), título do fascículo, se houver (suplemento ou número especial), volume, número, páginas (inicial e final), mês e ano.

Exemplo

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Pode-se planejar a paisagem? *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo, n. 13, p. 159-179, 2000.

5.3. Citações no corpo do texto – Referências bibliográficas

As citações, quando forem literais, devem ser precisas, grafadas em itálico e entre “aspas”. No corpo do texto devem constar o sobrenome do autor, data e páginas da publicação. Ex.: (LEITE, 1994, p. 86)

Nas Referências bibliográficas, o sobrenome do autor citado deve ser posto em ordem alfabética (em maiúsculas), prenome, título do livro (em itálico), subtítulo (sem itálico), edição, local de edição (cidade), editora, volume, ano de publicação, série ou coleção (entre parênteses).

Exemplo

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.

5.4. Dissertações e Teses

As referências de tese de doutorado ou dissertação de mestrado devem conter: nome do autor, título (em itálico), subtítulo (sem itálico), data, número de páginas ou volume, categoria (grau), identificação da instituição, local, data de publicação.

Exemplo

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. A megalópole e a praça: O espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. 2001. 351 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

6. As ilustrações deverão ser entregues em folhas separadas com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.

Os desenhos deverão ser entregues em arte-final, preferencialmente a nanquim sobre papel schoeller. No caso de imagens, deverão ser entregues os originais, para serem escaneados no Laboratório de Programação Gráfica.

Em caso de arquivo eletrônico, a imagem deverá ter 300 d.p.i., no tamanho 12 x 15 cm, em RGB. As imagens não serão recebidas por correio eletrônico.

Será permitida a inclusão de ilustrações que poderão ser impressas em cores, dependendo da disponibilidade de recursos para a impressão. As ilustrações (fotos, desenhos, esquemas e croquis) poderão ocupar um número equivalente de páginas daquelas ocupadas pelo texto.

7. Não serão aceitas reproduções de imagens publicadas em livros, revistas ou periódicos, sem a expressa autorização do(s) autor(es) das mesmas.

8. Após o ato de entrega, as condições dos originais serão analisadas criteriosamente. Os trabalhos que estiverem em desacordo com os padrões aqui descritos serão devolvidos em seguida para que se providencie sua regularização.

9. Os textos assinados serão de inteira responsabilidade dos autores e não haverá alteração de seu conteúdo sem prévia autorização.

10. Os autores receberão gratuitamente três exemplares do fascículo no qual constar publicada sua contribuição.